

## O ENSINO HÍBRIDO NO CONTEXTO DE UMA APAE EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

### HYBRID TEACHING IN THE CONTEXT OF AN APAE IN TIME OF THE COVID-19 PANDEMIC

Maria Cristina Borges dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo versa sobre como correu o ensino híbrido no contexto da APAE de Ourilândia do Norte, Estado do Pará, no período de março de 2020 a agosto de 2021, ocasião em que as aulas presenciais foram suspensas, por conta da pandemia da covid-19. A pesquisa foi realizada a partir da abordagem qualitativa, envolvendo a pesquisa de campo, documental e revisão bibliográfica. Para a coleta de dados utilizou-se o questionário com questões do tipo aberta, para saber quais ferramentas ligadas à tecnologia digital da informação e comunicação foram utilizadas pelos professores, como estes conduziram o fazer pedagógico nesse período (suas dificuldades, pontos positivos e negativos do ensino híbrido na experiência vivenciada por eles). O universo pesquisado contou com cinquenta por cento do quadro de professores que atuam na educação especial, ministrada pela instituição referenciada, totalizando cinco participantes. A partir dos dados coletados, observou-se que o ensino híbrido foi uma novidade para os professores e que os mesmos tiveram dificuldades para preparar e ministrar as aulas, em decorrência da falta de prática para operar as ferramentas tecnológicas disponíveis, pouca interação dos alunos e de suas famílias nas aulas, por conta do precário acesso ao celular e à internet, principais recursos utilizados para ministrar as aulas online.

**Palavras-Chave:** Ensino Híbrido. Educação Especial. Movimento APAEano. Tecnologia Digital da Informação e Comunicação.

**ABSTRACT:** This article is about how hybrid education went in the context of APAE in Ourilândia do Norte, State of Pará, from March 2020 to August 2021, when face-to-face classes were suspended, due to the pandemic of the invitation. 19. The research was carried out from a qualitative approach, involving field research, documents and literature review. For data collection, a questionnaire with open-ended questions was used, to find out which tools related to digital information and communication technology were used by teachers, how they conducted the pedagogical practice in this period (their difficulties, positive and negative points of the hybrid teaching in their experience). The researched universe had fifty percent of the staff of teachers who work in special education, taught by the referenced institution, totaling five participants. From the data collected, it was observed that blended learning was a novelty for teachers and that they had difficulties to prepare and teach classes, due to the lack of practice to operate the available technological tools, little interaction of students and their families in classes, due to the precarious access to cell phones and the internet, the main resources used to teach online classes.

**Keywords:** Blended Learning. Special education. APAEan Movement. Digital Information and Communication Technology.

---

<sup>1</sup>Pedagoga pela UFPA – Universidade Federal do Estado do Pará e Bacharela em Serviço Social/UNIGRAN – Universidade da Grande Dourados/MS. E-mail: crismari17@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

Não há dúvidas de que o Ensino Híbrido tem sido uma alternativa educacional utilizada em todo território nacional nesses tempos de pandemia da Covid-19, possibilitando às unidades escolares de ensino regular, desde aquelas que ofertam ensino fundamental àquelas de nível superior, condições de garantir que os discentes pudessem dar continuidade ao ano letivo, apesar do isolamento social.

Tal realidade também ocorreu em algumas instituições especializadas filantrópicas, que atuam diretamente no atendimento pedagógico de pessoas com deficiência, como é o caso da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Ourilândia do Norte, Estado do Pará, a qual atua em prol da inclusão e protagonismo social das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Para abordar sobre esse assunto, a presente pesquisa foi realizada com o intuito de conhecer como a referida instituição desenvolveu suas ações na área de educação especial no período auge da pandemia da covid-19 (março/2020 a agosto/2021)<sup>2</sup>, em que as autoridades sanitárias exigiram o distanciamento social e, por conta disso, logo houve a suspensão das aulas presenciais.

Com esse propósito, buscou se conhecer as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes para atuar na modalidade de ensino híbrido no âmbito da APAE, quais ferramentas da tecnologia digital da informação e comunicação foram utilizadas por eles e os pontos positivos e negativos dessa modalidade educacional.

Para responder a essas indagações, elaborou-se um questionário com perguntas abertas, o qual foi direcionado a cinco dos docentes da instituição, que contou com dez profissionais atuando no período pandêmico referenciado. A pesquisa foi realizada a partir da abordagem qualitativa, envolvendo a pesquisa de campo, documental e revisão bibliográfica, tendo como principais fontes de pesquisa: artigos científicos, revistas eletrônicas abordando a temática em estudo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) e Documentos Norteadores da Federação Nacional das APAES sobre Coordenadorias Técnicas, Educação e Ação Pedagógica.

Para melhor compreensão do objeto de estudo procurou-se, de forma sucinta, apresentar conceitos sobre os termos: Ensino Híbrido, Movimento APAEano,

---

<sup>2</sup> Refere-se à realidade do Município de Ourilândia do Norte/PA.

Educação Especial, Metodologias Ativa e Tecnologia Digital da Informação e Comunicação.

Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para enfatizar a importância do ensino híbrido e o quanto a sua eficácia pode ser potencializada com o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, principalmente nos dias atuais, onde se exige cada vez mais que os alunos sejam capazes de receber a informação e processá-la de forma reflexiva, compreendendo a correlação dos assuntos abordados com sua vida cotidiana, exigindo destes mais responsabilidade, compromisso e protagonismo no processo ensino-aprendizagem.

## **2. Ensino híbrido e sua expansão através das TDIC**

A Educação Híbrida é uma modalidade de ensino que procura mesclar aulas presenciais, aquelas realizadas dentro do ambiente da sala de aula, com ações educativas direcionadas pelo docente aos discentes fora desse espaço, com o auxílio de ferramentas tecnológicas como: computador, aplicativos de comunicação virtual, internet, dispositivos móveis e outros. Em suma, é um método de ensino que instiga o aluno a buscar, de forma mais ativa e autônoma, caminhos, ferramentas e possibilidades de aprender o conteúdo com menos dependência da figura do professor ou da sala de aula.

Diversificar o fazer pedagógico é uma característica do ato de ensinar. Alguns profissionais e instituições de ensino se arriscam mais na busca pela inovação, visando atrair e motivar os alunos e tornar o ensino mais significativo para eles. Nos dias atuais, o ensino não pode ser mais centralizado na escola e no professor, afinal, existem diferentes maneiras de se buscar o conhecimento, que pode acontecer dentro da escola, em casa, sozinho, em dupla ou em grupo, acessando leituras por meio físico, digital, imagens e tantas outras possibilidades.

Nessa linha de pensamento, Moran/2015 explica que a educação sempre foi misturada, híbrida, sempre combinou vários espaços, tempos, atividades, metodologias, públicos. Esse processo agora, com a mobilidade e conectividade, é muito mais perceptível, amplo e profundo: é um ecossistema mais aberto e criativo. Podemos ensinar e aprender de inúmeras formas, em todos os momentos, em múltiplos espaços.

É importante ressaltar que o ensino híbrido não é uma novidade do Século XXI. A ideia dessa metodologia surgiu nos Estados Unidos, na década de 1960, com o termo *blended learning*, que significa numa tradução livre “aprendizagem híbrida”. Nessa década realmente começou a utilização de tecnologia na sala de aula, substituindo, em partes, o protagonismo do professor ou instrutor.<sup>3</sup>

Com o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) tem sido possível maior conectividade entre pessoas, informações, culturas e lugares, favorecendo a expansão e adesão do ensino híbrido como alternativa de ampliação do acesso à educação em diferentes contextos sociais.

Por tecnologias digitais da informação e comunicação se compreende o conjunto de tecnologias digitais que permite a associação de diversos ambientes e pessoas por meio de dispositivos, equipamentos, programas e mídias para facilitar a comunicação entre seus integrantes e otimizar as possibilidades já existentes, como um grupo de meios de difusão de informação (mídias).<sup>4</sup>

Graças a essa mobilidade e facilidade no processo de comunicação proporcionado pelas TDIC, onde se tem o computador e a internet como ferramentas essenciais para interação e acesso à informação, as metodologias ativas estão se destacando no processo de ensino-aprendizagem, como é o caso da Educação Híbrida no ensino fundamental, principalmente nesses dois últimos anos em que se vivencia a pandemia da Covid-19.

Nessa forma de ensinar, o professor assume o papel de mediador do conhecimento, ou seja, de forma intencional ministra o conteúdo instigando o aluno a pesquisar, refletir, formular e construir a sua compreensão sobre o assunto. Dúvidas ou compreensões equivocadas são esclarecidas pelo professor de forma presencial ou on-line, sempre estimulando a iniciativa e protagonismo estudantil nesse processo dinâmico e via de mão dupla que caracteriza o ato de ensinar e aprender.

### 3. Educação Especial

Na visão da educação inclusiva, a educação especial surge como modalidade de ensino desenvolvida dentro do ambiente escolar regular, com a intenção de possibilitar

---

<sup>3</sup> Texto publicado por: Benigno Núñez Novo, no site: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br>. Acesso em: 18/05/2022.

<sup>4</sup> Fonte: <https://sae.digital/tdic-no-ambiente-escolar>. Acesso em 18/05/2022.

a convivência entre todos os alunos, entendendo que qualquer aluno, no decorrer de sua vida escolar, pode vir a ter necessidades especiais em seu processo de aprendizado. Em síntese, pode-se afirmar que a educação inclusiva é aquela voltada a incluir todos os brasileiros no sistema de educação escolar, enquanto que a educação especial está voltada a atender pessoas com necessidades educacionais especiais, como por exemplo, pessoas com deficiência.

Em relação à Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9394/1996-LDB) estabelece as diretrizes para o seu funcionamento, conceituando-a, no seu artigo 58, como sendo “A modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.<sup>5</sup>

Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.<sup>6</sup>

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB 9394/96, também orienta como deve ser desenvolvida a educação especial, deliberando que o estado deve dispor de recursos e profissionais especializados para realizar atendimento individualizado ao aluno com necessidades educacionais especiais, no âmbito do

---

<sup>5</sup> Fonte: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>, acesso em 25/05/2022.

<sup>6</sup> Idem.

ensino regular comum. Disciplina ainda que, quando não for possível essa oferta, o Estado é obrigado a aprovisionar uma instituição com atendimento especializado para atender esse público.

#### 4. O Movimento APAEano no Brasil

De acordo com a FENAPAE - Federação Nacional das APAEs/2019, o Movimento APAEano é uma grande rede constituída por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras (públicas e privadas) unidas para a promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e a sua inclusão social. É considerado o maior movimento social do Brasil e do mundo na sua área de atuação.

O referido movimento surgiu no Brasil na década de 50, por iniciativa do casal diplomatas americanos, Beatrice e George Bemis, que ao chegarem no território nacional, não encontraram escola para o filho com síndrome de Dawn. No ano de 1954 foi implantada na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de dezembro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, cujo objetivo principal era prestar assistência médico-terapêutica às pessoas com deficiência intelectual. Somente em 1955, em parceria com a Sociedade Pestalozzi do Brasil, passou a funcionar a primeira escola de APAE para crianças com deficiência.

Conforme dados da FENAPAES/2019, o Movimento APAEano está estruturado em quatro níveis hierárquicos:

1º) A Federação Nacional das APAEs, responsável pelos rumos, diretrizes e estratégias do Movimento Apaeano e pela articulação política, defesa de direitos e ações, em âmbito nacional, em atenção à Pessoa com Deficiência.

2º) As Federações das APAEs dos Estados, responsáveis pelos rumos, diretrizes e estratégias do Movimento Apaeano e pela articulação política, defesa de direitos e ações, em âmbito estadual, em atenção à Pessoa com Deficiência.

3º) Os Conselhos Regionais, com a função de organizar as APAEs nas microrregiões, orientando seus rumos e sendo o contato direto entre a base e a Federação das APAEs do Estado.

4º) As unidades de APAEs prestadoras de serviços com atendimentos direto, articulação e defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência nos municípios.

Há ainda as coordenadorias técnicas da Federação Nacional das PAES, cujo objetivo principal é trabalhar pelo desenvolvimento de ações estratégicas junto aos serviços da Rede APAE, em sua abrangência nacional, estadual, regional e local.<sup>7</sup> De acordo com a mesma fonte, as coordenadorias técnicas abrangem doze áreas, a saber: Arte e Cultura; Assistência Social; Autogestão e Autodefensoria; Captação de Recursos; Defesa de Direitos e Mobilização Social; Educação e Ação Pedagógica; Educação Física, Desporto e Lazer; Educação Profissional, Trabalho, Emprego e Renda; Envelhecimento; Família; Prevenção e Saúde e a Coordenadoria Científica.

Por todo o exposto, percebe-se que o Movimento Apaeano surge da necessidade de garantir o direito a educação escolar às pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Embora tenha sido uma iniciativa de membros da sociedade civil organizada, o movimento tem se fortalecido graças à parceria com o poder público.

## 5. Conhecendo a APAE de Ourilândia do Norte

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais onde se realizou a presente pesquisa, encontra-se localizada em Ourilândia do Norte, interior do Estado do Pará, distante há 800 quilômetros de Belém, capital do Estado. De acordo com dados do IBGE<sup>8</sup>, em 2021, a cidade possuía uma estimativa populacional de 33.831 habitantes.

Segundo relato da primeira presidente da APAE de Ourilândia do Norte/PA.<sup>9</sup>, a entidade foi criada para suprir a necessidade de atendimento educacional para alunos com deficiência intelectual e múltipla, sendo fundada em 15 de novembro de 2004, com sede provisória num espaço físico cedido pela comunidade católica “Nossa Senhora das Dores”. Em 2005, inicia suas atividades pedagógicas atendendo 27 famílias, através do apoio de empresários locais e membros da maçonaria, que garantiam o fornecimento de alimentos e dinheiro para a aquisição de materiais didáticos, higiene e de limpeza.

---

<sup>7</sup> Fonte: Documento Norteador – Coordenadorias Técnicas da Federação Nacional das APAES/2019, disponível no site: <https://media.apaebrasil.org.br/Documento-Norteador-de-Areas-Tecnicas.pdf>, acesso em 16/05/22.

<sup>8</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ourilandia-do-norte/panorama>, acesso em: 26/05/2022.

<sup>9</sup> Luci Alves da Silva, professora efetiva da rede pública de ensino e principal articuladora do Movimento Apaeano na região. Também responde pela vice-presidência do 5º Conselho Regional das APAES do Estado do Pará.

A partir de 2006, a entidade estabeleceu parceria com o Poder Público, por meio da Secretaria Municipal de Educação, que culminou na cedência de vários profissionais para atuar na APAE (professores, merendeiras, vigias, motorista, monitora e auxiliar de serviços gerais). Em 2007, foi inserida no senso escolar como instituição responsável pela oferta da educação especial no âmbito municipal.

No ano de 2009, a APAE amplia sua área de atuação graças à parceria firmada com a Secretaria Municipal de Saúde, que cedeu profissionais para o atendimento clínico na área de: fonoaudiologia, psicologia, serviço social e fisioterapia. A partir do referido ano, as ações da instituição passam a ser executadas de forma mais integral e integrada com as famílias dos usuários e com a comunidade.<sup>10</sup>

Somente no ano de 2016 transfere sua sede para um prédio público, através de um acordo firmado com a prefeitura de Ourilândia do Norte, que concedeu à instituição o uso desse espaço pelo período de vinte anos. É importante frisar que o referido prédio havia sido construído pela gestão municipal em 2008, seguindo as diretrizes arquitetônicas das Unidades de Atendimento da Rede APAE, com a promessa de que ali seria a sede da associação. No entanto, depois de concluída a obra, o prédio foi utilizado para o funcionamento de uma escola de educação infantil, sob a alegação de que a APAE não teria condições de garantir a sua manutenção.<sup>11</sup>

Em conformidade com registro institucional, em 2020, a entidade atendeu noventa e três famílias e, em 2021, cento e dez. O público assistido nos anos referenciados compreende a faixa etária de quatro a cinquenta e cinco anos. E seu quadro de recursos humanos contou com vinte e seis servidores cedidos pela prefeitura municipal.

A entidade é mantida através da parceria com o poder público, Federação Nacional e Estadual das APAES, contribuição dos membros associados e recursos captados através da realização de eventos e projetos sociais.

Desde a sua fundação (2004) até os dias atuais (2022), segundo a vice-presidente da instituição, muitos desafios foram superados e, a APAE tem adquirido reconhecimento e prestígio social, tornando-se uma entidade de grande relevância no

---

<sup>10</sup> Informações cedidas por membros da Diretoria Executiva da APAE, em 20/05/2022.

<sup>11</sup> Idem.



município, para o fortalecimento da luta pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

### 5.1. A Educação Especial na APAE: princípios e objetivos

A partir do ano de 2008<sup>12</sup>, através da Lei Municipal nº 391/2008, a APAE passa a ser mantenedora da Escola Especial “Joel Hermógenes Nunes”, com a parceria do poder público municipal. Porém, em 2021, por decisão da equipe gestora da instituição, a escola muda a sua nomenclatura para “Centro de Atendimento Educacional Especializado Nadir Galvão Ferreira”, cuja decisão encontra-se aguardando a anuência do Conselho Municipal de Educação.

Conforme o que preconiza a Política Nacional de Educação Especial, o atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.<sup>13</sup>

Desta feita, constatou-se que a proposta de atendimento educacional especializado da APAE de Ourilândia do Norte, traz como premissa o fazer pedagógico para o desenvolvimento de habilidades e competência para a vida autônoma, ou seja, contribuir para que o discente adquira mais independência e autonomia na execução de atividades cotidianas, que vão desde o autocuidado até à mudança de postura, em relação à forma de se relacionar com o outro, dentro e fora do espaço escolar.

Com esse propósito, segundo a coordenação pedagógica, a instituição tem como metodologia, o uso de salas temáticas que funcionam no contraturno escolar dos alunos participantes, abrangendo as áreas do conhecimento em: Arte, Leitura e Escrita, Raciocínio Lógico, Iniciação Musical, Educação Física e Desporto. Possui ainda uma sala de EJA – Educação de Jovens e Adultos – 1ª Etapa, que corresponde ao 1º e 2º ano

<sup>12</sup> Documento do acervo da APAE de Ourilândia do Norte/PA.

<sup>13</sup> Fonte: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>, acesso em 20/05/2022.

do Ensino Fundamental e duas salas para atender, de forma mais específica, os alunos com TEA – Transtorno do Espectro do Autismo. Há também uma sala de AEE – Atendimento Educacional Especializado.

Observou-se que faz parte da rotina diária da APAE o “acolhimento dos alunos”, ação que acontece no refeitório ou na quadra poliesportiva, onde os mesmos são reunidos e instigados pelos professores, ao debate e reflexão de temas abrangendo espiritualidade, valores para a vida, execução do Hino Nacional Brasileiro e da Canção do Município de Ourilândia do Norte. Também são abordados Temas Contemporâneos Transversais, conforme sugere a Base Nacional Curricular Comum-BNCC/2019, caracterizados pela abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global.

É importante destacar que nem todas as escolas especiais da Rede APAE têm a mesma organização. Os atendimentos são ofertados segundo as deliberações e demandas locais, bem como as condições singulares das unidades filiadas. O público-alvo nessas unidades varia também em relação às faixas etárias atendidas, mas tem como base a convicção de que os processos de aprendizagem e desenvolvimento se dão ao longo de toda a vida.<sup>14</sup>

Desta feita, entende-se que não há uma padronização do fazer pedagógico dentro das APAE, o qual deve ter como parâmetro o que norteia a legislação sobre Educação Especial, em consonância com as orientações da Federação Nacional das APAES, com a devida adequação ao contexto social da comunidade onde o aluno assistido encontra-se inserido.

## 5.2. O ensino híbrido no contexto da APAE, no período auge da pandemia da Covid-19

Após a compreensão do que caracteriza o ensino híbrido, a educação especial, o Movimento APAEano, a história da APAE *lócus* desta pesquisa e o tipo de atendimento educacional que pode ser ofertada no âmbito de uma APAE, será descrito, no tópico seguinte, como ocorreu o ensino híbrido no período de março/2020 a agosto/2021, auge da pandemia da covid-19 no município de Ourilândia do Norte/PA.

Para tanto, procurou-se conhecer a opinião de cinco professores da APAE, que atuaram nas salas de aulas temáticas já mencionadas neste trabalho, compreendendo o

---

<sup>14</sup> Fonte: Documento Norteador: Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das APAES/2017.

período da pesquisa, aos quais aplicou-se um questionário com três questões do tipo aberta, conforme segue.

1ª) Você teve alguma dificuldade para atuar na modalidade de ensino híbrido com os alunos da APAE? Caso sua resposta seja “sim”, informe qual e/ou quais.

Para essa pergunta, os participantes deram as seguintes respostas:

I. “Sim, pois nem todos os alunos tinham acesso à internet e, também pela dificuldade dos pais que não entendiam a proposta das atividades. Alguns não sabem lê, não conseguindo auxiliar o filho nas aulas”.

II. “Sim, pois tive que me adaptar ao novo tipo de transmissão de aula com o uso de vídeo e áudio. Falo da minha dificuldade como profissional e também da dificuldade dos pais e alunos, pois nem todos tinham acesso à internet. Também essa metodologia foi algo novo para mim e, tudo que é novo requer adaptação e também necessita de capacitação, o que não foi ofertado aos profissionais de educação.”

III. “Sim, no momento da gravação dos vídeos, pois havia pouca interação dos alunos, em parte pelo desinteresse de alguns pais e outra, pela dificuldade dos alunos em relação à própria deficiência. Para algumas famílias houve a necessidade, mesmo com a exigência do distanciamento social, de realizar visita domiciliar para aplicar os conteúdos e explicar os comandos dos blocos de atividades impressas. ”

IV. “Sim, em relação aos pais no que tange a auxiliar os filhos no momento de assistir as videoaulas e responder o bloco de atividades impressas, tendo em vista que muitos não sabiam usar o celular e interpretar os assuntos apresentados nas aulas”.

V. “Sim, na gravação das videoaulas pela minha falta de experiência com vídeos (gravação e edição), controle da fala, tempo, tom de voz e organização da sequência de atividade”.

Percebe-se que todos os professores tiveram dificuldade para preparar suas aulas, por não possuírem familiaridade com o modo de operar as ferramentas digitais que estavam à disposição, bem como para ministrá-las, tendo em vista a dificuldade de interação dos alunos e suas famílias, pois, segundo algumas falas, muitos não tinham acesso aos recursos tecnológicos essenciais para que o ensino remoto pudesse ser ministrado (celular, internet ou computador). Outra dificuldade apontada refere-se ao fato de alguns pais não saberem ler e também terem dificuldade para manusear essas ferramentas.

Houve professor que ressaltou a novidade das aulas híbridas no ambiente da APAE, demonstrando que não havia uma prática ou familiaridade dos docentes com essa forma de dar aula. Tal realidade foi apontada como um fator que dificultou a prática do professor, sendo reconhecida a necessidade de capacitação para auxiliá-los nessa demanda.

Por todo o exposto, nota-se a fragilidade da APAE nesse sentido, levando a crer que os professores, pais e alunos não foram preparados para as particularidades das aulas remotas. Essa realidade é compreensiva, tendo em vista que a pandemia da Covid-19, de forma geral, pegou a todos de surpresa, incluindo nesse rol, as autoridades políticas e sanitárias, obrigando à tomada brusca de decisões para salvar vidas e evitar a proliferação da doença, sem tempo de um preparo prévio.

Mas ao mesmo tempo fica evidente que, apesar do avanço tecnológico do mundo virtual, o acesso de todas as pessoas a essas tecnologias não caminha na mesma velocidade e por conta disso, é muito comum a existência de analfabetos digitais, acentuando ainda mais a desigualdade social.

2<sup>a</sup>) Quais ferramentas da tecnologia digital da informação e comunicação você utilizou no ensino híbrido?

Para esse questionamento, obteve-se as seguintes respostas:

- I. *Celular e internet.*
- II. *Celular, computador e impressora.*
- III. *Celular, aplicativos para gravação e edição de vídeos.*
- IV. *Celular e grupos de whatsapp para transmitir as aulas e interagir com os pais e alunos.*
- V. *Celular para mandar áudio, gravar as videoaulas, realizar videochamadas e baixar aplicativos para editar as aulas.*

Com base nas respostas dos participantes, verificou que o celular foi o principal recurso tecnológico utilizado para preparar e transmitir as aulas, caracterizando um dispositivo móvel de maior circulação entre os respondentes e os alunos.

3<sup>a</sup>) Em sua opinião, quais pontos positivos e negativos puderam ser evidenciados nas aulas híbridas?

Em relação a essa questão, obteve-se as respostas que seguem.

#### **Pontos negativos:**

- I. A falta de acesso de todos os alunos ao computador, internet ou celular.
- II. Dificuldade dos professores, alunos e pais, para acessar as ferramentas tecnológicas de suporte ao ensino online, que muitas vezes prejudicou a interação e participação nas aulas.
- III. Pouca participação dos alunos nas aulas, principalmente na realização das atividades, tendo em vista que todos necessitavam do apoio de alguém de sua família.
- IV. Dificuldade de adaptação ao novo, pois essa proposta de ensino chegou de surpresa na APAE e pegou os professores despreparados, gerando insegurança e medo.

V. Pais e alunos com extrema dificuldade para operar o celular, dispositivo móvel utilizado para a realização das aulas online.

### Pontos positivos

*I. Mais facilidade na prática do ensino remoto com o uso da tecnologia da informação e comunicação.*

*II. Oportunidade do contato com novas ferramentas tecnológicas para ministrar aula.*

*III. A oportunidade dos alunos continuarem o ano letivo, com menos prejuízo.*

*IV. Despertou o interesse dos professores para aprender a acessar aplicativos virtuais como; google meet, loom, with by google e classroom.*

*V. Professores e alunos tiveram a oportunidade de conhecer outras formas de ensinar e aprender.*

Fazendo uma breve reflexão sobre as colocações dos professores, os pontos negativos evidenciaram as dificuldades de acesso à internet, computador e até mesmo ao celular, assim como a dificuldade no uso especificamente do celular, apontado como o principal dispositivo tecnológico utilizado para a transmissão das aulas remotas, resultando em pouca interação nas aulas, por parte dos alunos e suas famílias.

Além desses fatores, outro de grande relevância que reforça o aspecto negativo elencado por eles, diz respeito à baixa instrução escolar dos pais, gerando dificuldade na compreensão das aulas e atividades escolares. Um posicionamento que também merece destaque, refere-se ao fato de que, no contexto da APAE em questão, o ensino híbrido foi visto como uma novidade ao qual a comunidade escolar teve que se adaptar, sem uma preparação prévia.

Porém, observa-se que apesar de todas as dificuldades elencadas pelos professores, houve o reconhecimento de que o ensino híbrido possibilitou aos alunos a oportunidade de continuar estudando no período do isolamento social. Assim como perceberam a contribuição da TDIC para que os alunos e professores pudessem vivenciar novas oportunidades de ensinar e aprender.

Pelas falas expressas é possível detectar que as aulas híbridas não faziam parte da rotina da prática pedagógica dos professores e que essa nova realidade serviu como estímulo (pensando de forma positiva), para que estudassem e buscassem informação para melhor compreender o funcionamento das ferramentas tecnológicas e aplicativos, que tiveram a necessidade de usar no preparo e postagem das aulas remotas.

É importante ressaltar que as formas de ensinar têm passado por mudanças ao longo do tempo e já não é possível conceber a educação como sendo uma ação que ocorre somente dentro de uma sala de aula, sob o comando de um professor. Em razão

dessa nova realidade o professor necessita estar antenado, bem informado (no âmbito teórico e prático), sobre as diferentes possibilidades metodológicas e recursos tecnológicos ligados as TDIC, que poderão contribuir para que as aulas se tornem mais atrativas e com mais qualidade na perspectiva das metodologias ativas e no ensino mais significativo para seus alunos.

Desta feita, parafraseando Silva/2017, existem várias definições para o Ensino Híbrido, porém, a que tem tido mais relevância para o contexto educacional é a proposta pelo Instituto Clayton Christensen, porque ela propõe que não é necessário abandonar as conquistas que se tem no âmbito educacional para promover a inserção de novas tecnologias em sala de aula. De acordo com essa perspectiva, é possível aproveitar o melhor do que se entende por ensino tradicional e associá-lo às inovações da nova proposta. Em linhas gerais a perspectiva de Ensino Híbrido proposta pelo Instituto Clayton Christensen aponta o uso de recursos tecnológicos como a espinha dorsal, mas que permite a personalização do modelo de ensino de acordo com o contexto e os objetivos em questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a educação seja a porta de entrada da APAE de Ourilândia do Norte, a instituição tem se esforçado para manter a oferta dos serviços de saúde e assistência social, pois a interface com esses serviços se faz necessária para o alcance de sua missão que visa “Promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.”<sup>15</sup>

No que tange à modalidade de educação híbrida, vista pelo corpo docente como um desafio, teve como principais ferramentas metodológicas ligadas a Tecnologia da Informação e Comunicação, o celular e a internet. As aulas foram efetivadas através de videoaulas, videochamadas, áudios e blocos de atividades impressas, com uma comunicação mais direta e diária, por meio de grupo no whatsapp.

Apesar do avanço tecnológico e popularização do uso das TICs, notou-se que ainda há limitações tanto dos professores, quanto por parte dos alunos e pais, em acessar as ferramentas básicas dessa tecnologia para a educação, que consiste no

---

<sup>15</sup> Fonte: Estatuto Social da APAE de Ourilândia do Norte/PA.

computador, internet e pode se dizer também, no celular. Essa limitação relaciona tanto no sentido de possuir essas ferramentas (no caso dos alunos e pais), como também em relação à habilidade para operá-las.

Apesar dessas limitações, a experiência com a educação híbrida trouxe estímulo para os professores no sentido de impulsioná-los a experimentar o novo e aperfeiçoar seus conhecimentos sobre as possibilidades e ferramentas que favorecem o ensino remoto, reconhecendo-o como uma alternativa educacional que, se aplicada de forma mais consciente e planejada, pode sim contribuir para que professor e aluno diversifiquem o ato de aprender, dentro e fora da sala de aula convencional.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: Orientações para o processo de implementação da BNCC. MEC, Brasília, DF, 2018.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

- MRECH, L. M. O que é educação inclusiva? Revista Integração. Brasília, ano 08, n. 20, p. 37-39, 1998. Disponível no portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>. Acesso em 20/05/22.

- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Saberes imaginários e representações na Educação Especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social. 2e. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

- Práticas inovadoras em metodologias ativas / Andreia de Bem Machado... [et al]. — Florianópolis: Contexto Digital, 2017. 174 p.

- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

\_\_\_\_\_. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: Ed., 5.ed., 2003.

- SILVA, Edsom Rogério. O Ensino Híbrido no Contexto das Escolas Públicas Brasileiras: Contribuições e Desafios. Revista Porto das Letras, Vol. 03, Nº 01. 2017. Estudos Linguísticos. Disponível no site: <https://sistemas.uft.edu.br>, acesso em 26/05/22.